



REVISTA DA ESPC – VOLUME 4, ANO 2023

EDITORIAL

Esta nova Edição da Revista da Escola Superior de Polícia Civil do Estado do Paraná (ESPC) retrata as atualizações e melhorias promovidas no Plano de Desenvolvimento Institucional desta academia de formação, pesquisa e aperfeiçoamento especializado da Polícia Civil do Paraná (PCPR), reformulado em março de 2023.

A Escola Superior de Polícia Civil do Paraná redefiniu sua matriz curricular nos últimos anos, existindo atualmente seis Áreas Temáticas para a formação do policial civil. A primeira delas – Investigação Criminal – reúne as disciplinas relacionadas à apuração e coleta de provas para a identificação de autores de infrações penais, atividade precípua da PCPR.

De maneira complementar, a Área 2 – Conhecimento Jurídico Criminal – aborda os aspectos jurídicos da investigação policial, propiciando que o policial conduza a investigação dentro dos limites legais e assegurando o respeito aos direitos e garantias constitucionais. Por sua vez, a Área 3 – Inquérito Policial e PPJ-e (sistema de Procedimentos de Polícia Judiciária Eletrônico) – reúne as disciplinas que ensinam os policiais como formalizar corretamente os procedimentos investigativos, conforme preceitos abordados nas duas áreas anteriores.

A Área Temática 4 – Gestão Administrativa Institucional – inclui disciplinas cujo foco é a gestão de pessoas e dos recursos materiais nas unidades policiais, buscando compreender como uma instituição da administração pública deve pautar sua existência e como promover a valorização de seus servidores.

Já a Área 5 – Operação Policial – proporciona treinamento para realização de diligências operacionais inerentes à atividade policial (como, por exemplo, uso legal da arma de fogo, defesa pessoal policial, abordagem policial, cumprimento de mandados de busca e apreensão, combate armado em ambiente confinado, etc), sem deixar de considerar, contudo, o respeito à ética, aos direitos humanos e à cidadania.

Por fim, na última Área Temática – Prática Reflexiva e Formação Humanista – são abordados temas como a origem da violência e da criminalidade, sociologia criminal, psicologia forense, a história das polícias e do Estado do Paraná, além de aspectos culturais, filosóficos e de economia pessoal. Nesta área de formação transparece a preocupação desta instituição de ensino em enriquecer o policial civil espiritual e culturalmente, propiciando conhecimento pessoal e ferramentas culturais que o auxiliem a suportar e conviver com situações trágicas que encontra em sua atividade profissional.

Cada uma dessas seis Áreas Temáticas possui cinco níveis de formação. Inicialmente, as disciplinas são trazidas no curso de formação técnico-profissional, o qual é de caráter



obrigatório para o exercício da função policial civil, em todas as carreiras, no Estado do Paraná. O nível seguinte é composto por cursos de atualização profissional, trazendo anualmente o que há de evolução e novidade em cada uma das áreas temáticas de formação. Na sequência, há o nível de aperfeiçoamento, composto por cursos que buscam trazer um aprimoramento e a evolução do conhecimento profissional do policial já com alguns anos de atividade.

O quarto nível de formação reúne os chamados cursos avançados, os quais objetivam a padronização de procedimentos nas diversas unidades da instituição, bem como a difusão das melhores práticas dentro da PCPR, em todos os seus campos do conhecimento e de atuação. Por fim, para coroar uma formação que se pretende continuada e progressiva ao longo da carreira do policial, são oferecidos cursos de pós-graduação *lato sensu* que visam a contribuir com a articulação entre experiência concreta e conhecimento científico, possibilitando o desenvolvimento do senso crítico, da pesquisa científica e do raciocínio acadêmico. Estimulando a interdisciplinaridade e a transversalidade na busca de conhecimento atualizado, acredita-se que os cursos de especialização da ESPC permitem o desenvolvimento da metodologia pertinente e orientada para o campo de atuação profissional do policial civil.

Atualmente, a ESPC disponibiliza o curso de pós-graduação “Teoria da Justiça e Decisão Moral de Policiais” (em andamento) e concluiu no primeiro semestre de 2023 o curso de pós-graduação *lato sensu* “Planejamento Estratégico da Segurança Pública”. Neste último, foram realizadas 29 bancas de defesa de Monografia de conclusão de curso, sendo que dentre essas foram selecionadas as que mais se destacaram para compor este Volume 4 da Revista da ESPC.

Iniciamos com o artigo “A PROTEÇÃO DOS DADOS NOS CONTRATOS DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA DE PESSOAS APÓS A PUBLICAÇÃO DA LEI N.º 13.709/2018”, de autoria do Delegado de Polícia Renan Barbosa Lopes Ferreira, que discute a monitoração eletrônica como medida cautelar diversa da prisão e a necessidade de se debater a proteção dos dados obtidos com a medida, principalmente após a publicação da Lei Geral de Proteção de Dados.

O segundo artigo, intitulado “COMPETÊNCIA PARA JULGAR E ATRIBUIÇÃO PARA INVESTIGAR OS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA PRATICADO POR POLICIAIS MILITARES”, de autoria do Delegado de Polícia João Batista dos Reis, analisa a Lei nº 13.491/17 que alterou o Código Penal Militar e ampliou a competência da Justiça Militar Federal e Estadual. O autor discute que essa ampliação trouxe discussões sobre a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida de civis, assim como a atribuição para investigar esses crimes praticados por policiais militares.

O terceiro artigo, de autoria da Delegada de Polícia Eliete Aparecida Kovalhuk, tem o título “IMPORTÂNCIA DE SE CONHECER O PERFIL DOS AGRESSORES ÍNTIMOS DE MULHERES PARA A EFICÁCIA DE MEDIDAS PROTETIVAS DE INTERVENÇÃO” e



traz uma revisão da literatura sobre as tipologias que descrevem padrões de agressores íntimos de mulheres.

O artigo seguinte, de autoria da Delegada de Polícia Vanessa Cristina de Lima e Silva, tem o título “LEGALIDADE DA BUSCA DOMICILIAR E PESSOAL SEM MANDADO JUDICIAL, EM CASO DE FLAGRANTE DELITO” e discute os aspectos legais do tema para a prática policial, em especial com relação aos entendimentos recentes dos Tribunais Superiores.

O próximo artigo, de autoria do Agente de Polícia Judiciária Luiz Renato Blanchet, tem o título “ENTREVISTA INVESTIGATIVA: UMA ANÁLISE DOS MÉTODOS DE ENTREVISTA E INTERROGATÓRIO EXISTENTES PERANTE O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO” e apresenta aspectos relativos ao novo tratamento constitucional trazido ao inquérito policial e à investigação conduzida pela Polícia Judiciária, finalizando com uma comparação entre os métodos REID e PEACE de interrogatório e de entrevista investigativa.

A seguir, temos o artigo “OS CRIMES CIBERNÉTICOS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19: registros do Núcleo de Combate aos Cibercrimes da Polícia Civil do Paraná”, de autoria da Agente de Polícia Judiciária Raphaela Schmidt Dybas. Nessa pesquisa, a autora analisa os crimes praticados por meio do uso da Internet durante a pandemia do coronavírus, indicando ao final meios para se combater a criminalidade cibernética.

Ainda sobre o tema de crimes cibernéticos/virtuais, o artigo “A PERSEGUIÇÃO VIRTUAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO DIREITO CRIMINAL – ANÁLISE DO CYBERSTALKING”, de autoria do Delegado de Polícia Leandro Farnese Teixeira, analisa o tratamento dado à perseguição virtual (*cyberstalking*) pelo ordenamento jurídico brasileiro. Realiza também um estudo comparativo dos sistemas jurídicos internacionais que preveem tal conduta e suas consequências.

Os próximos artigos estão relacionados à Área Temática 4 – Gestão Administrativa Institucional. O artigo “REABILITAÇÃO FUNCIONAL NA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ (PCPR): UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO JUNTO A SERVIDORES AFASTADOS POR TRANSTORNOS MENTAIS E ESTRESSORES PSICOSSOCIAIS”, de autoria da Delegada de Polícia Daniele de Oliveira Serigheli Costa, analisa os fatores relacionados ao trabalho policial que eventualmente podem levar a estresse pós-traumático, depressão, ansiedade, entre outros problemas psicológicos. Diante disso, a autora sugere uma reabilitação funcional a servidores policiais da PCPR que se encontram afastados parcialmente de suas funções em virtude de comprometimento da saúde mental.

Na sequência, o artigo do Delegado de Polícia Leandro Alberto Albuquerque Stábile, com o título “REFLEXOS DA IMAGEM INSTITUCIONAL NA GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA POLÍCIA JUDICIÁRIA”, defende a importância da divulgação das ações da polícia civil por meio de demonstração da disponibilidade e acesso



dos serviços para a população e como as ações pedagógicas e de prevenção e promoção da cidadania contribuem para a construção da imagem institucional da Polícia Judiciária.

O penúltimo artigo desta Edição, de autoria da Agente de Polícia Judiciária Thais Amaral da Cunha Emmerick, tem o título “A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA ESTRATÉGICA PARA OS GESTORES DAS SUBDIVISÕES POLICIAIS DO INTERIOR DO ESTADO DO PARANÁ” e utiliza questionários para coletar dados e mensurar como o conceito de liderança é compreendido dentre os subordinados das subdivisões policiais. Busca, também, demonstrar a importância do desenvolvimento da liderança estratégica para corrigir ou orientar desempenhos de forma preventiva.

Finalmente, o artigo “FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA SEGURANÇA PÚBLICA JUNTO AO PODER EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO”, de autoria da Agente de Polícia Judiciária Galmirete Egidio da Silva, relaciona diversas fontes de recursos do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal que permitem a utilização nas crescentes demandas da Polícia Judiciária, visando ao atendimento de interesses dos serviços públicos. Além disso, discute as vantagens e dificuldades dos órgãos quanto à execução dos projetos diante de ritos e procedimentos burocráticos.

Esperamos que estes artigos selecionados contribuam para uma reflexão científica de qualidade e ancorada na realidade, trazendo luz a temas importantes e atuais. Desejamos a todos ótima leitura!

Prof. Dr. Rafael Ferreira Vianna

Diretor da ESPC

Profª Drª Patricia Villa Costa Vaz

Editora-chefe da Revista da ESPC